

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 8 • 1992

DIRECTOR
A. M. HESPAÑA

REDACÇÃO

Ávaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCITE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLI); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhos Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLI); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretário da Redacção: João Carlos Cardoso

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: Estatueta do rei D. Afonso Henriques pertencente ao Museu Arqueológico do Carmo. Cortesia da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Foto de Vitor Branco/Campiso Rocha)

© EDIÇÕES COSMOS
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Capa

Fotolitos: Joerma - Artes Gráficas, Lda
Impressão: Litografia Amorim

Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: Outubro de 1992

Depósito Legal: 49152/91

ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa

Telefones: 795 51 40 (6 linhas)

Fax: (1) 796 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa

Telefones: 342 20 50 • 346 82 01

Fax: (1) 796 97 13

História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Séc. XIX

Sérgio Campos Matos

Faculdade de Letras de Lisboa

Desde meados do século XIX, a história e as representações históricas do passado nacional, veiculadas através de múltiplos suportes de expressão e géneros literários, adquirem na sociedade portuguesa uma projecção pública sem precedentes. Para tanto contribuem os meios de difusão cultural que se multiplicam na época de afirmação do romantismo — revistas, almanaques, colecções de vulgarização popular, etc. Nas condições muito particulares em que Portugal e o seu império colonial se posicionavam no contexto internacional é de admitir que essa projecção da cultura histórica cumpriu uma significativa função de integração social, num momento em que o problema decisivo da manutenção da independência política (e a sua justificação histórica) voltava a colocar-se com particular acutilância.

Entre os temas e debates que ocuparam um lugar de destaque na historiografia, e na vasta literatura de vulgarização que então se produziu, encontram-se precisamente o da explicação da autonomia e permanência histórica de Portugal como nação e Estado independente, apesar de todas as vicissitudes ocorridas ao longo de sete séculos e a definição do paradigma do grande homem e da sua função social.

Em 1882, a propósito do centenário da morte do marquês de Pombal, escrevia Teófilo Braga na revista *O positivismo*: «Portugal, mais do que nenhum outro povo, precisa revigorar-se pelo conhecimento do seu passado»¹. O autor da *História da Literatura Portuguesa* estava bem consciente da poderosa função social e cultural que poderia adquirir a divulgação histórica como «vínculo moral de coesão», «estímulo de resistência» e «impulso para novos destinos». O conhecimento da história nacional, necessidade prioritária para os portugueses, deveria desempenhar um papel de primeiro plano como elemento de formação moral e cívica. Neste sentido, não surpreende que, numa obra dedicada aos centenários dos grandes homens, Teófilo o considerasse condição imprescindível para que um povo pudesse combater pela sua liberdade².

¹ Teófilo Braga, «O centenário do Marquês de Pombal», *O positivismo*, vol. IV, 1882, 63.

² Id., *Os centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas*, Porto, Tip. A. Silva Teixeira, 1884, 60.

É certo que ainda na primeira metade do século, Garrett e Herculano, entre outros autores, haviam chamado a atenção para o lugar decisivo da cultura histórica na regeneração da sociedade portuguesa contemporânea. Lembrem-se algumas palavras da introdução a *O bobo* (1843): «Pobres, fracos, humilhados, depois dos tão formosos dias de poderio e de renome, que nos resta senão o passado? Lá temos os tesouros dos nossos afectos e contentamentos. Sejam as memórias da pátria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque à energia social e aos santos afectos da nacionalidade»³. E ao exortar os estudiosos para que se dedicassem à história pátria, Herculano considerava tal ofício uma verdadeira «magistratura moral», um «sacerdócio», o que mostra bem a importância que assumia, no seu ponto de vista, a indisociável relação entre evocação do passado, cidadania e ética.

Os autores que se estreiam nos anos 60 e 70 do século passado, embora noutros termos, não deixarão de insistir no valor educativo e formativo da história como «mestra da vida» (na acepção de Cícero) e na sua função como vínculo social e factor de convergência. Note-se, contudo, que, sob a influência de um certo positivismo histórico, se detectará, já nos anos 80, uma significativa distanciação relativamente a essa noção de que o passado interessa sobretudo pelos exemplos morais que encerra⁴. Afirma-se então em Portugal, com base em fundamentos cientistas e biólogos, a ideia totalizante de uma história universal que, todavia, não reunirá o consenso dos historiadores: lembre-se, a este respeito, a divergência entre Oliveira Martins, Teófilo Braga e Consiglieri Pedroso (estes últimos sustentando aquele projecto).

Como é sabido, pelo menos até essa altura (e em muitos casos até bem mais tarde) predomina no incipiente ensino oficial, em todos os seus níveis, uma História que quase se limita aos factos políticos e militares e cujo fio condutor é a genealogia da Casa Real. Este saber escolar que se exprime, com algumas variantes, em largas dezenas de compêndios e resumos, é herdeiro, no essencial, de uma memória histórica anterior à construção do estado liberal e à estruturação de uma noção moderna de cidadania. Significativo disso mesmo é, de resto, o largo espaço atribuído à chamada história sagrada, com a multiplicação de compêndios exclusivamente dedicados a esta matéria.

No discurso pedagógico liberal, republicano ou monárquico, a apologia de um ensino laico — quer no que se refere ao corpo dos professores, quer aos planos de

³ Alexandre Herculano, *O bobo*, 24ª ed., Lisboa, Bertrand, s.d., 13.

⁴ Cf., por exemplo, J. P. Oliveira Martins, «Advertência», *História de Portugal* (ed. crítica, introd. de Isabel de Faria e Albuquerque e pref. de Martim de Albuquerque), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, XI-XII; Z. Consiglieri Pedroso, *As grandes épocas da história universal*, Porto, E. da Costa Santos, 1883, 19 e Manuel Ferreira, «O ensino da História», *Revista de educação e ensino*, vol. 1, 1886, 45. Note-se contudo, que enquanto Oliveira Martins e Manuel Ferreira admitem a noção de história mestra da vida ou da humanidade, Consiglieri Pedroso, embora reconheça a sua «veracidade», não a aceita por razões de ordem científica.

estudo —, gratuito e obrigatório (no nível primário), será acompanhada da denúncia da influência clerical e do alegado predomínio da orientação pedagógica da Companhia de Jesus⁵. A este propósito, a experiência da III República francesa não deixará de ser erigida em modelo por alguns republicanos portugueses, perfilhando, entre outras, as posições de um Jules Ferry ou de um Paul Bert.

Embora não se disponha ainda de um estudo aprofundado acerca do âmbito da influência das congregações religiosas e do clero secular no ensino particular e no ensino público, ao longo do período de vigência da Monarquia Constitucional, é de crer que a campanha anticlerical movida sobretudo pelos republicanos positivistas, ao subordinar-se a objectivos políticos e ideológicos muito precisos na sua crítica da situação da instrução pública, tenha exagerado o efectivo peso da componente católica. Significativo disso mesmo é o balanço a que Teixeira Bastos procedia, em 1882, da situação do ensino em Portugal: na sua insuspeita visão, por essa época, a educação e instrução dos jovens já estaria secularizada no que respeita ao professorado a que estavam confiadas. E se nas escolas primárias ainda se ensinava doutrina cristã e história sagrada, nas secundárias, superiores e especiais, apesar da «indesculpável incuria dos governos» e das deficiências curriculares, vulgarizava-se um saber científico e positivo⁶. Lembre-se, aliás, que, em Portugal, a oposição entre laicismo e o catolicismo ultramontano não atingiu, no terreno do ensino, a dimensão, e sobretudo o radicalismo, do confronto que se verificou em França.

É em parte no contexto de uma estratégia de propaganda e agitação da opinião pública contra o regime monárquico e a Igreja (considerada um dos seus principais sustentáculos) que deverá entender-se a apologia da laicização da escola e do alargamento da população escolar, a crítica da filosofia metafísica e ecléctica subjacente ao ensino então vigente — de uma maneira geral considerado atrasado e muito deficiente —, bem como da predominância das chamadas Humanidades, em detrimento das ciências experimentais, então consideradas, nos meios cientistas, o expoente de um saber positivo.

No que se refere aos estudos históricos, são múltiplas as vozes, de diversos sectores, que denunciam em termos contundentes o esquecimento a que eram votados nos círculos do poder os métodos arcaicos que os norteavam — a sobrevalorização

⁵ Veja-se, entre muitas outras referências, Emídio Garcia «Importância dos estudos históricos nas ciências jurídico-sociais e o ensino da História em Portugal», *O Instituto*, vol. XIX, Maio-Out. 1874, 148; Id. «A instrução secundária em Portugal», *O positivismo*, vol. II, 1879-80, 467-490 e vol. III, 1881, 73-74 e Teixeira Bastos, *Interesses nacionais. O ensino público, o trabalho nacional e as colónias*. Porto, Chardron, 1897, 25 e ss.

⁶ Cf., por exemplo, Z. Consiglieri Pedroso, *Propaganda democrática*. XII — *A secularização do ensino*, Lisboa, Tip. Nacional, 1887. 11 e ss.; Teixeira Bastos, «A sociedade portuguesa e a filosofia positiva», *O positivismo*, vol. IV, 1882, pp. 313 e 317.

da memória, o carácter livresco e enciclopédico, num sentido negativo — a sua inadequação às necessidades de formação das elites nacionais⁷.

Ainda no decurso dos anos 70 e no decénio seguinte surgem inovadoras propostas no campo das ciências sociais, que então ganhavam incremento em Portugal. No Curso Superior de Letras são apresentados novos planos curriculares — que, aliás, não chegarão a ser aprovados, devido, entre outras razões, à crónica falta de recursos financeiros disponíveis. Apontavam, em sentidos diversos, para um alargamento do corpo de disciplinas a matérias cujos estudos então se desenvolviam nos meios científicos (Arqueologia, Etnologia, Psicologia, Economia Política, etc.)⁸. No que respeita ao curso liceal e ao primário, sugerem-se novos métodos — salienta-se, por exemplo, a necessidade de um ensino prático e de aplicar as chamadas «lições de coisas», que incluem visitas de estudo e o conhecimento directo dos lugares históricos —, publicam-se novos compêndios de inspiração positivista, mais ou menos explícita, em que a abertura temática e a afirmação de uma perspectiva sociológica e de história institucional se tornam evidentes⁹. Emídio Garcia, por exemplo, propõe a introdução nos liceus de um conjunto de estudos, no âmbito de «um sistema de educação social» em que os conhecimentos teóricos gerais — nos quais inclui disciplinas como a Cosmologia, Biologia, Antropologia e Sociologia — deveriam preceder os «estudos concretos e práticos» (estes últimos visando já uma opção profissional)¹⁰. Outros professores, a par de profundas críticas aos programas e livros escolares adoptados na instrução pública, intentavam a introdução de elementos de história social, institucional, económica e cultural, sem esquecer a geografia histórica, servindo-se de mapas e atlas¹¹. Isto para além de outras inovações de inegável significado: o recurso a imagens e a efeitos gráficos mais atraentes nos compêndios, a utilização do método regressivo (privilegiando-se assim, pontualmente, a época contemporânea), a adopção de novos critérios de periodização, não

⁷ Vejam-se os já citados artigos de M. Emídio Garcia, Teixeira Bastos, «O ensino da História nos liceus», *Revista de estudos livres*, vol. II, 1883-84, 388-389; J. P. Oliveira Martins, «Problemas de ensino», *O repórter*, vol. II, Lisboa, Guimarães, 1957 (1888), 222-225; Bernardino Machado, *O ensino primário e secundário*, Coimbra, Lumen, 1899, 186 ss.

⁸ Cf. M. Busquets de Aguiar, *O Curso Superior de Letras* (1858-1911), Lisboa, s.n., 1939, 402-424.

⁹ Cf., por exemplo, José M. da Graça Afreixo, *Resumo do compêndio de História de Portugal acomodado ao uso dos alunos de instrução primária*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1884 e Z. Consigliere Pedroso, *Compêndio de História Universal*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1884 (1ª ed. 1882?). No primeiro destes compêndios, define-se história como a «ciência que expõe metodicamente os fenómenos e, criticando-os, investiga a sua veracidade e filiação»; esclarece-se em nota que não pode admitir-se em ciência «uma simples narração de factos» nota 5.

¹⁰ M. Emídio Garcia, «Instrução secundária...», 504-505.

¹¹ Cf. Cândido de Figueiredo, «Preâmbulo», *História de Portugal resumida e organizada para uso do povo e das escolas*, 3ª ed., Lisboa, Tip. e Litografia de Adolfo, M. e Cª, 1888, 3-6, Manuel Ferreira, «O ensino da História...», 41-42 e F. «Livros de ensino — a Geografia histórica», *Revista de educação e ensino*, vol. III, 1888, 162-164.

exclusivamente políticos (caso dos compêndios de Cândido de Figueiredo). Saliente-se contudo que, de uma maneira geral, o ensino da História permaneceria, durante largo tempo, alheio a estas transformações. A História da Civilização, há muito praticada por grandes historiadores do Ocidente europeu — caso de Guizot, Michelet ou Macaulay —, e sugerida em Portugal por Emídio Garcia, Oliveira Martins, Cecília Schmidt Branco ou Ramalho Ortigão, só seria introduzida no curso dos liceus com a reforma de 1905. E muito embora a história sagrada, em que proliferavam antigos mitos de fundação da nacionalidade, fosse claramente subalternizada nos programas dos liceus a partir dos anos 80, seria preciso esperar pela reforma de Jaime Moniz (1895) e sobretudo pela de Eduardo José Coelho (1905) para que o espírito dos planos curriculares se actualizasse significativamente em dois sentidos. Por um lado, contemplando, ainda que de um modo limitado, o alargamento temático que vinha sendo propugnado de há longa data, sobretudo no que respeita aos factos considerados capitais da história da civilização, aos progressos decisivos da humanidade e à lei da evolução que, na visão dos legisladores, a eles presidia. Por outro lado, acentuando de um modo muito evidente, quer nos planos de estudo, quer nos livros escolares, os traços do «espírito nacional», do «carácter português», para empregarmos expressões que adquiriram larga voga na época. O que se traduziu por vezes, no reforço de uma componente acentuadamente nacionalista na pedagogia da instrução pública.

O ideal de coesão e unidade nacional será construído e consolidado, em larga medida, por meio da instituição escolar. Uma vez laicizada a instrução pública passará a ser encarada pelos republicanos como um dos lugares sociais e institucionais de unidade, por excelência¹². Na sua óptica, o ensino ministrado pelas congregações religiosas constituiria, pelo contrário, um factor de divisão e, por conseguinte, de atraso social¹³. Lembre-se que o laicismo, de que constituem referências essenciais, na França oitocentista, Quinet, Gambetta e a legislação escolar de Jules Ferry, surge muito ligado aos princípios de liberdade de consciência, tolerância e antidogmatismo — embora, por vezes, em sectores mais radicais, não se respeitassem tais prin-

¹² Veja-se, a este respeito, René Remond, « Il est de la nature de la laïcité de respecter les équilibres », in Guy Gauthier, *La laïcité en miroir*, Paris, Point, 1985.

¹³ Cf. a argumentação de Teixeira Bastos contra as congregações e em defesa da liberdade de culto e da separação da Igreja do Estado. A seu ver, na educação que orientam, os religiosos só têm em conta os interesses particulares da ordem a que pertencem. Por seu lado, as mulheres «só se ocupam egoisticamente da salvação da alma». E embora reconheça algumas qualidades morais na acção das Irmãs de Caridade e qualidades científicas no ensino das línguas praticado pelos jesuítas, não deixa de advogar a dissolução das comunidades religiosas que se instalaram ou «renasceram» depois de 1834 bem como a proibição do ensino religioso. Note-se que, para além da violenta crítica a que procede da moral propugnada pelos jesuítas (na esteira de Borges Grainha), Teixeira Bastos considera que, no que toca ao ensino da História, eles «alteram e viciam os factos históricos» (*Interesses nacionais*, 28-29 e 47-56).

cípios —, visando a opção essencial da separação entre o Estado e a Igreja¹⁴. É bem conhecido o relevo que, de uma maneira geral, os liberais de diversos matizes, e em especial os republicanos, atribuíam à questão do ensino, como meio primordial e condição para encetar a regeneração social e moral da nação. O combate pela laicização da escola era encarado como um passo decisivo para a laicização do próprio Estado¹⁵. O tão propalado indiferentismo e a inércia (termos muito correntes no discurso republicano) que afectavam o espírito nacional e a opinião pública, bem como o divórcio entre os políticos e o povo, eram atribuídos, na senda de Herculano e de outros pensadores liberais, essencialmente a factores históricos: o catolicismo posterior à contra-reforma, o absolutismo e os vícios do constitucionalismo monárquico, que os prolongavam no presente. Por consequência, a revisão destes grandes temas explicativos do atraso nacional e o repensar dos planos de estudo da História, nos diversos graus em que era ministrada, não podia deixar de estar na ordem do dia, nos últimos decénios de oitocentos. Em certos meios intelectuais críticos da situação cultural que se vivia nos anos 70, tendia a generalizar-se, como vimos, a ideia da necessidade de abrir novas perspectivas e aprofundar os estudos de uma disciplina que durante tanto tempo tinha sido secundarizada, quando não totalmente esquecida, nos currículos do ensino primário e secundário, tardiamente introduzida, aliás, e de um modo incipiente, no ensino superior. Pelos finais do século adquiria pertinência a ideia de que, para além de poder vir a constituir um lugar de análise e reflexão sobre os problemas portugueses — apesar das conhecidas limitações humanas, culturais e materiais que afectavam o país e em especial o sistema de ensino —, a História, juntamente com a Geografia e a Língua Portuguesa, deveria contribuir poderosamente para tornar consciente a qualidade de ser português e, cada vez mais, para uma formação moral patriótica. Neste sentido, a sua função aproximava-se da Instrução Cívica que, muito posteriormente, se autonomizaria como disciplina específica no curso liceal (1931).

É em tal contexto que a problemática de redefinição do perfil do herói nacional se torna nuclear, quer no terreno do debate teórico entre historiadores e divulgadores da história, quer na própria realização dos trabalhos históricos, referentes a épocas muito diversas. Que outra temática poderia, melhor do que esta, e por razões óbvias, mobilizar o interesse da opinião pública e constituir-se, para além das divergências de circunstância, em factor de convergência e unidade nacional? Observámos que a memória histórica era de um modo consciente vista como uma poderosa

¹⁴ Veja-se Michel Vovelle, «Le partage laïque» in Guy Gauthier, *La laïcité...26* e Guy Gauthier, «La laïcité de monsieur marquis est avancée», *Pourquoi?*, nº 213, Março 1986, 7-9.

¹⁵ O discurso radical de Adolfo Coelho pronunciado a 19 de Junho de 1871 no Casino de Lisboa — *A questão do ensino* — constitui uma referência significativa no domínio do confronto anticlerical e em prol do laicismo (termo que lhe é posterior, visto que é empregue pela primeira vez por Littré num texto datado de 11 de Novembro de 1871) Cf. Guy Gauthier, *La laïcité...*, 4.

força de coesão social, a explorar na sua função educativa. Não se pode, contudo, olvidar a sua dimensão política e ideológica. As então muito recentes experiências de unificação política da Itália e da Alemanha — com lugar de destaque, neste último caso, para o papel da potência propulsora da dinâmica de união (a Prússia), que se teria revigorado em larga medida por via da educação pública, como reacção à dominação napoleónica —, bem como a evocação da Restauração da independência portuguesa em 1640, cultivada de um modo militante por diversos grupos sociais e políticos desde 1861, tornam-se temas-chave. Exemplos de como, por via da revivescência moral e patriótica, um povo consegue conquistar a unidade nacional e, eventualmente, a prosperidade num amplo espaço geográfico. Quando Consiglieri Pedroso considerava que a memória dos heroísmos passados alimenta a unificação das nações¹⁶ dava expressão a uma ideia-força muito comum no século passado, especialmente desde a obra de Herculano. A construção desse passado de «páginas gloriosas» fornecia, era de admitir, irrecusáveis elementos de fundamentação e legitimação da autonomia nacional, de extrema eficácia em termos de divulgação cultural e consequente mobilização unanimista das múltiplas forças sociais. Ora, na conjuntura internacional em que Portugal se posicionava na segunda metade do século XIX, como pequena potência periférica, sempre sujeita, de algum modo, à fugaz correlação de forças europeia, incluindo o palco africano¹⁷, quando ainda estava vivo nas consciências o desaparecimento de diversos pequenos estados do mapa político da época, tornava-se vital justificar a sua autonomia em termos históricos. Neste âmbito, o tema do herói como representante privilegiado, ou síntese da comunidade nacional, ganha, em termos diversos, especial acuidade com as obras de Teófilo Braga e de Oliveira Martins. Ideia que não era nova: já havia sido teorizada por alguns autores românticos, alemães e franceses, com especial destaque para Hegel e Michelet, no quadro da visão organicista das sociedades que entrara em voga com Herder¹⁸. Tendia então a instalar-se um novo paradigma de heroísmo: o herói sem armas, o artista, o pensador e, sobretudo na segunda metade de oitocentos, o cientista, o técnico, o industrial. Além, claro está, do estadista, que agora assumia, inevitavelmente, outras feições. Em qualquer dos casos, estas figuras ideais são portadoras de novas ideias, de novos valores, são os benfeitores da pátria, ou até da humanidade (sobretudo na perspectiva positivista). Leiam-se, por exemplo, as seguintes considerações de Teixeira Bastos de caracterização geral dos grandes homens:

¹⁶ Z. Consiglieri Pedroso, *Influência dos descobrimentos dos Portugueses na história da civilização*, Lisboa, Oficina Tipográfica «A Liberal», 1898, 8.

¹⁷ Veja-se Jorge Borges de Macedo «Portugal na perspectiva estratégica europeia», *Estratégia*, nº 4, Inverno 1987-88, 20-23.

¹⁸ Veja-se Georges Lefebvre, *O nascimento da moderna historiografia*, Lisboa, Sá da Costa, 1981, 161-162 e 213-224 e Paul Bénichou, *Le temps des prophètes. Doctrines de l'âge romantique*, Paris, Gallimard, 1977, 505-507, e 543-551.

«...não são os vencedores de rudes batalhas, os heróis de carnificinas espantosas, mas sim os representantes de uma civilização, os autores de invenções transformadoras e progressivas, os conquistadores e dominadores das forças brutas da natureza, os artistas sublimes e os génios privilegiados que são a encarnação mais potente de um povo, de uma nacionalidade ou de uma época histórica...»

E aponta como exemplos, entre outros, Dante, Miguel Ângelo, Descartes, Danton, Spinosa, Newton, Goethe ou Hegel. Poderíamos acrescentar a esta relação Vítor Hugo que, logo após a sua morte, Teixeira Bastos consideraria o maior poeta oitocentista, representante por excelência da sua época pelas ideias metafísicas, sentimento romântico e prática revolucionária que desenvolveu — o que explicaria a sua popularidade ainda em vida —, «precursor da futura civilização». A seu ver, Hugo terá sido o «pontífice supremo» da civilização ocidental, ao encarnar o ideal social do povo e ao contribuir como ninguém para a génese da «unificação temporal e espiritual da humanidade»¹⁹. Os excepcionais encómios do discípulo de Teófilo Braga para com o expoente maior do romantismo francês são tanto mais significativos quanto é conhecido o facto de que o poeta não fora um adepto da doutrina positivista. É que, um dos critérios essenciais da escala de valorização dos grandes homens, na óptica de Teixeira Bastos, se situa precisamente na universalidade de alcance da sua obra e acção, ou seja na sua relação com o todo. Por outras palavras, o homem é grande na medida em que o seu pensamento e prática exprimem essa totalidade humana e apontam no sentido da evolução histórica. No âmbito deste critério dialéctico de heroização, não surpreende que a partir dos anos 70 do século passado, com a crescente difusão das ideias positivistas nos meios intelectuais portugueses, se tornem relativamente frequentes as críticas ao paradigma de heroísmo ainda então dominante nos livros escolares e noutras obras de vulgarização histórica, que celebravam sobretudo o valor guerreiro e a acção política dos monarcas²⁰. E ainda, no quadro do confronto com a influência social e cultural da Igreja e a alegada predominância da mentalidade teológica e metafísica, a crítica às celebrações dos santos e mártires do calendário cristão.

A esta luz, ganha um inequívoco significado cultural e político a atenção crítica que os divulgadores do positivismo histórico dedicaram à figura de D. Pedro V e à sua «lenda» popular *post mortem*. Com efeito, a aura de carácter, santidade e martírio que se projectara sobre a imagem do malogrado rei, nos antípodas das virtudes do fazer guerreiro de tempos idos, haviam-no tornado, ainda em vida, mas sobretudo após a sua morte, extremamente popular. Unânicos no reconhecimento das quali-

¹⁹ Cf., Teixeira Bastos, *Luis de Camões e a nacionalidade portuguesa*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880, 6-7; Id., «Victor Hugo», *Revista de estudos livres*, vol. III, 1885-1886, 105-113.

²⁰ Cf. Ramalho Ortigão, *As farpas*, t. XV, Lisboa, Livraria Clássica Ed., 1946 (Jul.-Agosto 1876), 32-33 e Cândido de Figueiredo «Preâmbulo», *História de Portugal...*, 5.

dade morais e da «superioridade relativa» (Teixeira Bastos) do soberano, comparativamente com o meio em que vivia, os positivistas não deixavam, contudo, de avaliar negativamente o espiritualismo eclético e metafísico a que dera expressão, bem como aspectos menos louváveis na sua acção enquanto monarca constitucional²¹. A revisão desta memória muito recente do mais prestigiado rei da dinastia de Bragança assume uma inegável intencionalidade ideológica que em muito a ultrapassa.

O tricentenário da morte de Camões, em 1880, na sequência de outras comemorações cívicas dedicadas a heróis das letras em países como a Itália (Petrarca, 1874) e a França (Voltaire, 1878), planificado e teorizado, no essencial, por Teófilo Braga, constituiu um momento de relevo na divulgação pública de um «programa» laico de consagração dos grandes homens, neste caso do mais universal autor da língua portuguesa²². O intenso (e extenso) significado social e histórico que lhe foi atribuído, sem esquecer a sua dimensão prospectiva, de empenhamento na regeneração nacional, por parte dos intelectuais de formação positivista, não deixa margem para dúvidas quanto ao propósito a que obedecia: tratava-se sobretudo de, por meio da consagração da maior figura simbólica da nacionalidade e da cultura portuguesa, marcar um ponto de partida para aquilo que Teófilo Braga designa de uma «revivescência nacional»²³. Nas suas palavras, Camões simbolizava «todas as aspirações da nacionalidade», «as suas glórias e os seus desastres»: acentua-se, deste modo a sua identificação com a Pátria estabelecendo-se um significativo paralelismo entre a vida do poeta e a existência histórica da comunidade nacional nas suas vicissitudes. Mas, por outro lado, o autor da *História da Literatura Portuguesa* não deixa de salientar a dimensão europeia e universal da comemoração. Não tinha o Portugal dos descobrimentos aproximado decisivamente o Oriente e o Ocidente? Não haviam os eruditos Humboldt e Schlegel reconhecido n'*Os Lusíadas* o valor de «uma síntese das aspirações do mundo moderno»?²⁴

Também Emídio Garcia e Teixeira Bastos acentuam a dimensão social e ecuménica do centenário de Camões. Por um lado, salientando que o que se comemora, para além, naturalmente, da figura do Épico, são os feitos «tão úteis e humanitários» do povo português por ele cantados²⁵. E Teixeira Bastos, no quadro de uma

²¹ Teófilo Braga, *Os centenários...*, 54, 164-165 e 182-184, Id., «O centenário de Calderon», *O positivismo*, vol. III, 1881, 207-213; Teixeira Bastos, «A lenda de D. Pedro V», *Revista de estudos livres*, vol. III, 1885-1886, 28, 34-35.

²² Veja-se Maria Isabel João, «A festa cívica: o tricentenário de Camões nos Açores (10 de Junho de 1880)», *Revista de História Económica e Social*, nº 20, Maio-Agosto, 1987, pp. 87-109.

²³ Teófilo Braga, «O centenário de Camões em 1880», *O positivismo*, nº 1, Out-Nov., 1879, 4.

²⁴ Id., Id., 6-7.

²⁵ M. Emídio Garcia, «As comemorações cívicas em honra e para glória da humanidade», *Álbum literário comemorativo do terceiro centenário de Luís de Camões* (10 de Junho de 1880) (dir. de F. Xavier Esteves), Porto, Tip. Ocidental, 1880, 19.

leitura «politicizada» d'*Os Lusíadas*, insiste que Camões celebra sobretudo o colectivo nacional, o povo, censurando «os grandes e os reis». Dá-nos ainda a ideia de que o poeta assumia posições heterodoxas, no plano político e religioso, opondo-se ao despotismo monárquico e ao despotismo religioso²⁶. Por outro lado, estes autores — como, de resto, muitos outros, fora do campo republicano e positivista — marcam bem o sentido futurante da comemoração cívica: ela só pode significar o despertar da inércia e da indiferença em que vivera a comunidade nacional durante os longos séculos da «decadência»; despertar para o progresso e a civilização, para uma nova ordem — em sintonia com as conquistas do saber científico, positivo, que caracteriza a síntese especulativa, teorizada por Teófilo —, retomando o fio perdido da história. É neste sentido que Teixeira Bastos considera que a festa comemorativa inaugura «uma nova era», instaura um novo tempo, anuncia outra ordem das coisas²⁷.

Para além de uma forte componente propagandística, que intentaremos compreender nas suas fundamentações teóricas diversas, não pode esquecer-se a dimensão reflexiva que irrompe em diversos textos dos ideólogos do centenário. Momento de «reconcentração» (Teófilo Braga), de «exame severo e consciencioso da nossa vida histórica», de «compreensão do nosso passado» (Teixeira Bastos) ou, ainda, no quadro de um extenso plano de comemorações, correspondendo a uma «necessidade especulativa e prática» de exercer vigilância sobre o progresso do espírito humano (Emídio Garcia), a concretização das festas do centenário trariam à liça, como é sabido, outras vozes críticas — Antero de Quental e Oliveira Martins — que, sendo exteriores à sua organização, estavam mais despertas para os seus eventuais aspectos negativos²⁸.

Nos antípodas destes últimos, homens como Miguel de Lemos, positivista ortodoxo brasileiro, cultor da Religião da Humanidade teorizada por Comte, e Jaime Batalha Reis — que, recorde-se, fazia parte da comissão encarregada de organizar os festejos do tricentenário camoniano — acentuariam, precisamente, na sua leitura do acontecimento, a componente religiosa e «exterior» do novo culto que se inaugurava²⁹. Dela se distanciaram Teófilo Braga e Emídio Garcia. O primeiro, no con-

²⁶ Teixeira Bastos, *Lúis de Camões...*, 42-47.

²⁷ *Id., Id.*, 8.

²⁸ Cf. Antero de Quental, cartas a Oliveira Martins de Março de 1880 e de Maio do mesmo ano, *Obras completas. Cartas I*, (1852-1881) (org., introd. e notas de Ana M^a de Almeida Martins), Lisboa, Ed. Comunicação, 1989, 496 e 501; J. P. Oliveira Martins, «Prólogo», *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, 4^a ed., Lisboa, Guimarães, 1986 (inclui um artigo publicado n' *O Comércio Português* de 10-VI-1880 sobre o centenário), 8-10. Sobre a idealização da figura de Camões aquando do tricentenário, veja-se João Medina, «Zé Povinho e Camões dois pólos da prototipia nacional», *Colóquio Letras*, n^o 92, Jul. de 1986, 11-21.

²⁹ Miguel de Lemos, «A festa de Camões», *Álbum literário comemorativo do terceiro centenário de Camões*, 12-13 e Jaime Batalha Reis «As festas do centenário», *Almanaque dos teatros para 1881*, Lisboa, 1880, 9-10. Afirma Batalha Reis, a dado passo: «Camões é hoje

texto da crítica às comemorações da Igreja católica e das santificações a que, a seu ver, elas se reduziam: se a consagração de um grande homem se vulgariza «como uma concepção emocional que se torna consciente», ela exige todavia uma componente racional, um significado intelectual, uma intenção moral — há uma «lição» que importa extrair da efeméride a festejar —, sem os quais poder-se-á incorrer num «fetichismo semelhante ao das festas do calendário». E a propósito do centenário de Calderón de La Barca, em Espanha, Teófilo frisaria que, «acima das pompas importa fazer sobressair o intuito moral, pôr em evidência o último sentido». Emídio Garcia, por seu lado, salientando sempre o objectivo último da veneração pelos grandes homens — honrar e glorificar a humanidade —, demarca-se das tradicionais formas de «adoração» e «idolatria»³⁰.

Na teorização de Teófilo Braga acerca do comemorativismo, sem dúvida a mais desenvolvida em termos de fundamentação filosófica e histórica, pode descortinar-se uma exigência racional e reflexiva a cumprir na sua concretização: os festejos cívicos devem suscitar uma meditação sobre as grandes datas históricas portuguesas. Mas, por outro lado, atribui-se um lugar decisivo ao sentimento, à emoção colectiva. Os centenários constituem «a coordenação de sentimentos existentes, que estavam isolados na consciência de cada indivíduo» e que se expandem numa força de unanimidade³¹. O sentimento de veneração — veneração sujeita a um critério meritocrático e não, claro está, à origem ou à situação social — volve-se, pois, em convergência social. É o sentimento que opera a passagem da síntese afectiva (Comte) — da subordinação sentimental, religiosa ou moral, espontânea no âmbito das religiões e conscientemente esboçada com os centenários — para a síntese especulativa ou racional³². À civilização moderna, das grandes conquistas científicas, correspondem sentimentos novos, por meio dos quais se revela a solidariedade social. Ora esses sentimentos, que se vão modificando a par das ideias, constituem condição *sine qua non* para que estas possam reformar as sociedades³³.

para nós um santo, porque em Camões, como nos santos, deve hoje para o povo valer mais a lenda que a história, mais o que se lhes atribui, ou o que neles se quer ver, do que o que realmente fizeram ou foram», 9-10.

³⁰ Teófilo Braga, Os centenários... 183-184 e 208; Id., «O centenário de Calderon», *O positivismo*, vol. III, 1881, 209. M. Emídio Garcia, *O marquês de Pombal. Lance d'olhos sobre a sua ciência, política e administração; ideias liberais que o dominavam e primeiras tentativas democráticas*, 2ª ed., Lisboa, Oficina Tipográfica, 1905 (1885), 47-48. Sobre as atitudes de crítica por parte de Teófilo Braga e de Teixeira Bastos relativamente às expressões ritualistas do comemorativismo, e a um certo «misticismo» nele evidenciado, veja-se Amadeu Carvalho Homem, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva, 1989, 193-195.

³¹ Teófilo Braga, Id., 230.

³² Id., *Camões e o sentimento nacional*, Porto, Tip. A. S. Teixeira, 1891, 308-309; Id., *Sistema de Sociologia*, 2ª ed., Porto, Lello e Irmãos, 1908 (1ª ed., 1884), 15. Veja-se ainda Amadeu Carvalho Homem, *A ideia republicana...*, 173-177.

³³ Teófilo Braga, *Camões e o sentimento nacional*, 308-309.

Em diversas obras, Teófilo refere-se ainda ao sentimento de uma Pátria portuguesa — Pátria que, diga-se de passagem, define como «união afectiva dos espíritos» —, elo de coesão que incentiva a acção individual e determina a sua grandeza. Sublinha a necessidade de se fazer despertar o sentimento da tradição nacional, já que a vida afectiva é vista como base da unidade da nação, que importa contudo disciplinar³⁴.

Torna-se evidente o lugar primordial que o autor da *História da Literatura Portuguesa* atribui ao sentimento, no contexto de uma visão dinâmica da vida afectiva, em sintonia com a lei da sucessão das três sínteses sociais que Comte formulara: «Agir par affection, penser pour agir». A sua concepção empirista é inequívoca quando define a intuição como «uma emoção que se converte em ideia» e o sentimento como «uma ideia convertida em emoção». As acções humanas são determinadas por emoções (disciplinadas pela educação) e por ideias (disciplinadas pela instrução)³⁵. A própria difusão cultural da doutrina positivista, da visão «cientificamente» fundamentada da realidade social que propunha, só seria possível por via do sentimento, da emoção colectiva. E, sobretudo, as exigências do discurso e das práticas de propaganda do republicanismo impunham o recurso à passionalidade das massas. Teófilo estava bem convicto dessa necessidade afectiva das sociedades modernas que, em lugar das religiões, apelava à celebração dos grandes eventos históricos e à apoteose dos grandes homens, através de um vasto «programa» de comemorações cívicas. Isto, muito embora se distanciasse da Religião da Humanidade e do ritualismo propugnados por Comte na última fase da sua obra: com efeito, o teórico positivista português considerava-a uma «concepção teológica»³⁶.

No âmbito da teoria das três sínteses sociais, de fundamentação psicológica, epistemológica e histórica, inspirada directamente em Comte, compreende-se assim a função essencial que é atribuída ao sentimento altruísta, enquanto propulsor da convergência social. A «submissão dos fortes aos fracos pela forma de protecção», de que deriva a noção moral do herói, corresponde, no sentido inverso, a «veneração dos fracos pelos fortes». Por outras palavras, ao altruísmo que superiormente se exprime na vida dos Grandes Homens, retribui a Humanidade com diversas formas de veneração, consoante as épocas. Ora, é na imitação das acções colectivas ou individuais que, segundo Teófilo, os actos morais se definem espontaneamente e se fixam em modelos. A imitação dos grandes homens volve-se em poderoso estímulo de acção e legítima, sanciona, o próprio acto em si. Se os santos cristãos procuraram imitar a vida de Jesus, o jovem Nuno Álvares, por exemplo, encontrou em Galaaz, o herói do ciclo da *Távola Redonda*, o seu modelo. Na perspectiva laica de Teófilo Braga, os santos não passam de seres egoístas: ao exprimirem o seu instinto de

³⁴ Id., *A pátria portuguesa. O território e a raça*, Porto, Lello e Irmão, 1894, 2; Id., *Os centenários...*, 223-234.

³⁵ Id., *Sistema de Sociologia*, 15 e 363.

³⁶ Id., *Os centenários... VIII*.

conservação não visam mais do que a sua bem-aventurança, enquanto as grandes individualidades manifestam esse sentido de conservação e de solidariedade social através do altruísmo³⁷.

A explicação sociológica e psicológica que Teófilo Braga propõe da tendência espontânea do homem para, ao longo da história, imitar certas figuras-tipo — caso de Jesus ou dos heróis da Antiguidade — permite-nos compreender o facto de o próprio autor da *História da Literatura Portuguesa* propugnar a idealização de alguns dos seus grandes homens. Teófilo fundamenta esta *démarche* em nome do propósito historiográfico de determinar o âmbito da intervenção do indivíduo no progresso social, com o objectivo essencial de definir um «elemento consciente» na sua acção, e ainda da necessidade social de venerar e exaltar as grandes individualidades³⁸. O exemplo de Pombal é, a este respeito, particularmente significativo: se a sua personalidade não encerra nada de «simpático», se os meios a que recorreu para executar a sua política de reformas revelam uma face muito negativa — «aparece-nos muitas vezes repugnante, criminoso e com uma certa monstruosidade moral», chega a afirmar —, se não se pode fazer a sua apoteose «com amor», o significado e as consequências que adquiriram as suas reformas justificam que se omita aquela «face odiosa»³⁹. Na perspectiva do nosso teórico positivista, a condição primordial para emitir um juízo de valor sobre Pombal seria definir a sua missão histórica — o advento do «poder ministerial», com a correspondente «abdição» do poder real (o que não contradizia o objectivo de engrandecer o prestígio da coroa), o ataque a elementos da aristocracia e à Companhia de Jesus (no quadro da sua orientação secularizadora), etc.⁴⁰. Como é óbvio, tal juízo subordina-se à intencionalidade cultural e ao sentido cívico, que, à partida, Teófilo Braga conferia à glorificação de Pombal. Também neste aspecto se submetia a análise histórica a um critério empírico de propaganda política e ideológica: acima de tudo, importava frisar uma determinada leitura histórica dos factos — no exemplo que acima referimos, Pombal como um precursor das transformações sociais, políticas e culturais de oitocentos. Lembre-se que a teorização de Teófilo sobre os centenários e o lugar do indivíduo na história é, no seu essencial, posterior às comemorações camonianas. Terá sido, de resto, em larga medida elaborada no confronto com tal experiência decisiva no que respeita à construção e divulgação de uma certa imagem de Portugal e do seu passado histórico e ao impacte sobre a opinião pública urbana de um programa cívico bem definido; a primeira a ter lugar no nosso país, no quadro do mais amplo projecto comemorativista em que, note-se, tinham ficado patentes as dificuldades, por parte do poder político, em desenvolver uma política cultural eficaz no terreno. Como se

³⁷ Id., *Sistema de Sociologia*, 333-334 e 355-358.

³⁸ Id., *Id.*, 158 e 357.

³⁹ Id., «O centenário do Marquês de Pombal», 66 e Id., *Os centenários...*, 186-187.

⁴⁰ Id., «O marquês de Pombal», *Galeria Republicana*, 8-V-1882, 3.

torna evidente pelo que acima ficou dito, implícita nos centenários, de diversos pontos de vista, situava-se a problemática dos grandes homens, com profundas implicações tanto no campo da teoria da história como da análise historiográfica e da intervenção política. Problemática que suscita, não há dúvida, um dos debates cruciais da cultura histórica portuguesa oitocentista.

Sem podermos, de momento, aprofundar a sua génese nos múltiplos aspectos em que se exprime, é de salientar a linha de coerência que se vislumbra entre a primazia que, ainda antes da publicação da *História de Portugal*, Herculano atribuía aos diversos aspectos civilizacionais e aos movimentos colectivos nas transformações históricas, em detrimento da acção dos indivíduos — meros detentores da ideia e intérpretes da humanidade⁴¹ —, e as múltiplas variantes de um determinismo social que assumem autores de formação cultural muito distinta. Poder-se-á rastrear a invocação, implícita ou explícita, do condicionalismo social como factor determinante da evolução histórica e a crítica das teorias providencialistas da «missão» dos grandes homens, em autores como José Estêvão, José Silvestre Ribeiro, Eça de Queiroz, em parte, em Oliveira Martins⁴² e, naturalmente, entre outros intelectuais que receberam influência, directa ou indirecta, mais ou menos profunda, das ideias positivistas: Emídio Garcia, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Teixeira Bastos, Consiglieri Pedroso, Manuel Ferreira, etc. Entre alguns deles importa considerar, a este respeito, certos pontos de divergência significativos.

Tome-se em conta, em primeiro lugar, a teorização que Teófilo Braga desenvolve a partir do início do decénio de 1870. Um dos seus grandes objectivos é definir e explicar o «génio» e o «carácter íntimo» do povo português a partir da leitura das obras literárias e de uma argumentação, nem sempre fundamentada, acerca da especificidade da cultura portuguesa. Nesta argumentação assume um lugar de relevo a aplicação da distinção comtiana entre os «factores estáticos» de uma criação humana como é a literatura (a raça, a tradição, a língua e a nacionalidade) e os «factores dinâmicos» (influências epocais e espírito das grandes individualidades). No quadro do seu amplo projecto de história literária, Teófilo procurou apoiar-se em dados de diversas ciências — antropologia, etnologia, filologia, história e sociologia — para a explicação dos factores estáticos, a seu ver sempre preponderantes na criação artística. Mas ao sobrevalorizar esses factores, nomeadamente o elemento rácico, a

⁴¹ Cf. Alexandre Herculano, «Elogio histórico de Sebastião Xavier Botelho», *Opúsculos V* (org., introd. e notas de J. Custódio e J. M. Garcia), Lisboa, Presença, 1986 (1841), 111-112 e «Cartas sobre a História de Portugal» Carta IV, *Opúsculos IV*, Lisboa, Presença, s.d., 220-221.

⁴² Cf. José Estêvão, *Discursos parlamentares*, Porto, Chardron, 1909 (1857), 234-235; José Silvestre Ribeiro, «O homem, os homens, os grandes homens», *O panorama*, vol. XVIII, 1868, 371-372; A. Salgado Júnior, *História das Conferências do Casino*, Lisboa, Tip. da Cooperativa Militar, 1930, 50; J. P. de Oliveira Martins, «Razão de Estado», *Dispersos* (sel., pref. e notas de A. Sérgio e F. de Vasconcelos), t. I, Lisboa, Oficinas Gráficas da B.N., 1923, 13-14 (*O repórter*, 13-III-1888).

tradição e o meio — erigindo-os, por vezes, isoladamente e de um modo dogmático, em fundamento único da idiossincrasia portuguesa (como é o caso da teoria do moçarabismo), em prejuízo do papel do indivíduo, do seu talento e eventual originalidade, para a explicação dos factos culturais, perfilhava um determinismo naturalista extremo. Neste contexto, considerava os génios literários os melhores representantes de uma civilização, tão-só e precisamente porque condensam na sua obra o factor étnico e a tradição nacional. Teófilo concede-lhes ainda a função de iniciadores das «transformações do gosto» e de mediadores, pela sua universalidade, entre o seu tempo e a evolução humana⁴³.

O desenvolvimento destas posições no âmbito da teoria de uma história universal de valor científico, assente num modelo biologista da evolução social e na invocação de «um conhecimento directo, provado e demonstrado pela verificação experimental», conduzi-lo-á a contestar as teorias providencialistas, as explicações metafísicas e a ideia de livre arbítrio na acção dos Grandes Homens⁴⁴. A função destes consubstancia-se essencialmente na influência que exercem no meio social, por meio das ideias e descobertas científicas, da solidariedade humana que desse modo exprimem. As grandes individualidades «coadjuvam» o movimento espontâneo da evolução social, são os seus intérpretes privilegiados, prevêm o sentido dessa evolução. E, claro está, são dotadas de valores morais como a bondade — característica essencial do génio, pois esta qualidade, inspirada num altruísmo instintivo, prepara a sociedade para o progresso no sentido da igualdade —, o valor, a honra, etc. Mas, nesta perspectiva, o colectivo é sempre preponderante, o que não prejudica uma certa margem para a liberdade de acção do homem: «...como um meio, a sociedade domina fatalmente o indivíduo, nos costumes, nas noções usuais, pela forma das instituições, mas por seu turno o homem reage sobre esse meio transformando-o, elevando-o, convertendo os seus movimentos empíricos em racionais»⁴⁵. Por outras palavras, no contexto da evolução social que, em larga medida, tem uma natureza orgânica, as noções, os estímulos mentais constituem uma condição prévia, essencial para o progresso. E, nesse sentido, as ideias não deixam de agir e de modificar a ordem natural cósmica.

Compreende-se, assim, a relativa subalternização a que são remetidos os estadistas e os heróis das armas nesta teoria biologista da evolução, perfilhada, no essencial, por outros intelectuais positivistas, e a correlativa valorização dos

⁴³ Teófilo Braga, *Curso de história da literatura portuguesa*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1885, 41-43.

⁴⁴ Id., *História Universal. Esboço de sociologia descritiva*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1878, 9-11. Crítico da noção da história ciência e da viabilidade de uma história universal foi Oliveira Martins: cf. «Teoria da História Universal», *Tábuas de Cronologia e Geografia Histórica*, Lisboa, P.A.M. Pereira, s.d. (1884), XI-XIII.

⁴⁵ Teófilo Braga, «Prolegómenos», *Idem*, 63; Id., *Os centenários...*, 220; Id., *Sistema de Sociologia*, 148; Id., «Voltaire», *O positivismo*, vol. 1, 1878-179, 326-327.

benfeitores da humanidade, dos portadores das ideias: «instituidores», cientistas e inventores de técnicas, artistas etc.⁴⁶. Note-se que, neste aspecto, ao introduzir uma distinção entre guerreiros e estadistas, e, por outro lado, os precursores, revolucionários e inovadores, Oliveira Martins aproximava-se, em 1878, da posição de Teófilo Braga. Mas já ao adoptar, em alguns casos, uma visão realista e trágica sobre os seus heróis — visão que terá influenciado historiadores seus contemporâneos como Latino Coelho e, mais tarde, Jaime Cortesão —, encarando-os na sua dimensão humana, com as virtudes e defeitos que lhes são inerentes, à maneira de Ernest Renan, perfilhando uma visão dialéctica do heroísmo e tornando-o assim indissociável da abjecção e da miséria que constituem o seu reverso, o autor de *Os filhos de D. João I* afastava-se inequivocamente do olhar mais distanciado de Teófilo sobre os seus grandes homens épicos e sem mácula⁴⁷.

Representativa de uma revisão republicana e «democrática» da história nacional e dos seus heróis é a obra de Consiglieri Pedroso, anterior à definição de uma estratégia de derrube da monarquia por via violenta. Também ele professor do Curso Superior de Letras (História Universal e Filosófica), estudioso da tradição popular e divulgador de temas históricos, num artigo publicado em 1879 na revista *O positivismo*, tece reflexões sobre a evolução histórica e a intervenção de influências fortuitas de diversa ordem — outro tema-chave, muito em voga, sobretudo com a recepção em Portugal da obra de Cournot, a partir de 1872 —, nomeadamente a acção individual, para contestar radicalmente a teoria dos grandes homens, acoimando-a de «anti-científica». Um dos exemplos que adianta para comprovar a sua tese é a «inutilidade» da intervenção política dos Bonapartes e dos dois regimes imperiais que chefiaram, no sentido de que tais experiências não teriam contribuído em nada para o «progresso definitivo» da França e para a própria civilização ocidental⁴⁸. Uma argumentação deste teor, acentuadamente ideológica, será desenvolvida alguns anos mais tarde, por este mesmo autor, na abordagem de múltiplos temas de história e educação cívica: em diversos folhetos de uma vasta colecção intitulada *Propaganda democrática. O Que o Povo Deve Saber*, Consiglieri Pedroso sublinha o papel do povo, em detrimento da acção dos heróis individuais que, todavia, não deixa de louvar — sobretudo alguns políticos reformadores da Monarquia Constitucional, caso de Mouzinho da Silveira, Joaquim António de Aguiar, Passos Manuel ou José Estêvão, a cada um dos quais consagra um pequeno volume. À primazia do papel da entidade colectiva — objecto de heroicização na tradição jacobina — corresponde, num sentido inverso, uma visão extremamente negativa de quase todos os monarcas de dinastia de Bragança. De D. João IV a D. Maria II, com excepções para D. Pedro IV — «o mais valioso dos Bragança», apesar do «egoísmo da sua

⁴⁶ Id., Id., 64.

⁴⁷ J. P. de Oliveira Martins, *O helenismo e a civilização cristã*, Lisboa, Guimarães, 1985 (1878), 8-10.

⁴⁸ Z. Consiglieri Pedroso, «O fortuito em história», *O positivismo*, vol. I, 1878-1879, 17.

posição e da sua raça» — e D. Pedro V — um romântico e sonhador, na esteira dos ideais humanitários de Vitor Hugo e Lamartine —, sucede-se uma galeria de chefes de Estado que, a seu ver, terá em larga medida sido responsável pela decadência política, militar, diplomática e colonial do país, com especial destaque para o centralismo absolutista. O regime político que, ao estruturar-se, teria feito morrer as autonomias e liberdades tradicionais⁴⁹. Em sintonia com esta tese geral, que tanto deve a Herculano e, especialmente, à *História de Portugal*, de Oliveira Martins (que Consiglieri Pedroso muito considerava), não surpreendem os juízos de condenação relativamente a factos como a fuga da família real para o Brasil, em 1807, ao «egoísmo» inerente à «posição» e à «raça» de D. Pedro IV⁵⁰. Ou, num sentido inverso, o rasgado panegírico de Mouzinho da Silveira — ao qual se atribui o primeiro lugar entre os estadistas portugueses — e da sua obra legislativa, considerada «eminente-democrática», o louvor de Joaquim António de Aguiar — apenas pela respectiva acção no governo liberal, de supressão das congregações religiosas — e de Passos Manuel, este último sobretudo pelas qualidades de carácter que evidenciou na sua intervenção política e pelas medidas que tomou quando esteve no poder, depois da revolução de Setembro de 1836⁵¹.

Com esta série de publicações de evidente circunstancialismo político, Consiglieri Pedroso apresentava uma «genealogia» dos grandes homens políticos que, no século XIX, se inscreviam na tradição liberal reformadora ou democratizante, de que se reivindicavam os republicanos. Todos eles são valorizados pelas suas qualidades, acções e ideias (e não pelo seu eventual privilégio social de nascimento), em sintonia com o sentido da evolução histórica. Mas em consonância com o ideal democrático-republicano, o autor atribui sempre a primazia ao povo, à comunidade nacional, sobre este ou aquele indivíduo, na sua explicação do progresso, de acordo com o princípio que evoca, segundo o qual «os homens passam e as nacionalidades ficam»⁵². Por outras palavras, meros acidentes no evoluir das sociedades, as grandes individualidades do fazer político e das armas não podem alterar o sentido do movimento social, sejam eles Alexandre, César ou Napoleão. Consequentemente, serão insensatos se procurarem modificar essa «directão definitiva»: caso de Bonaparte, particularmente execrado pelos republicanos portugueses, na esteira de Comte⁵³. Inútil será chamar a atenção para as implicações políticas que tal projecção histórica

⁴⁹ Id., *Propaganda democrática. O que o povo deve saber. XXV* — *A Casa de Bragança*, 2ª parte, 3ª série, Lisboa, Tip. Nacional, 1887, 6-7; 18-19 e 30.

⁵⁰ Id., *Idem*, 11 e 19.

⁵¹ Id., *Propaganda democrática...*, 3ª série, xvii — *Mouzinho da Silveira*, Lisboa, Tip. Nacional, 1887, 18; Id., *Propaganda democrática...* xxxv — *Joaquim António de Aguiar*, 3ª série, Lisboa, Tip. Nacional, 1888, 27 e 31 e Id., *Propaganda...* xx — *Passos Manuel*, Lisboa Tip. Nacional, 1887, 4-6.

⁵² Id., *Propaganda...* xv — *A Casa de Bragança*, 1ª parte, Lisboa, Tip. Nacional, 1887, 10.

⁵³ Id., «O fortuito...», 18.

ganha à luz da conjuntura portuguesa dos finais do século passado, quando no campo monárquico e, posteriormente, do próprio lado dos partidários da República se afirmavam ideias e projectos de reforço da autoridade do Estado e da sua crescente intervenção na economia e na sociedade civil. Um político só será eminente se compreender a evolução social, numa determinada conjuntura. Poderá pontualmente retardá-la ou acelerá-la. Mas será sempre incapaz de a transviar, de modificar a essência do seu curso. O exemplo de Saldanha, líder de diversos pronunciamentos militares, com ou sem sucesso, durante a Monarquia Constitucional, era, a este respeito, bem elucidativo: para Consiglieri Pedroso ele não era um estadista. Dotado de qualidades militares, movia-se no quadro da «abstracção doutrinária» da Carta Constitucional, sem o apoio da opinião pública e, por conseguinte, desligado das realidades sociais. Não seria aquele a quem Oliveira Martins havia chamado de *condottieri* e homem sem ideias um exemplo *à rebours* para o republicanismo moderado, que apostava exclusivamente na estratégia propagandística de persuasão de uma população alargada?

Voltemos, porém, à nossa problemática central, para fazer uma breve referência à peculiar posição de Manuel Ferreira, um dos directores da *Revista de educação e ensino* e membro do Conselho Superior de Instrução Pública. Para este adepto, de uma pedagogia da história heróica, história-lição moral — que só o será, note-se, se corresponder à exigência de evidenciar a noção da evolução social —, a teoria dos grandes homens apenas tem pertinência quando aplicada aos cientistas e inventores de técnicas industriais, não tanto no que se refere aos políticos, pois estes últimos são geralmente «produto do meio social (...) e dos factos históricos antecedentes e concomitantes, que ocasionam as grandes épocas da civilização»⁵⁴. Posição intermédia, entre a teoria dos Grandes Homens de Teófilo Braga, que admitia uma multiplicidade de tipos heróicos consoante as sínteses sociais e os domínios da sua intervenção (militar, industrial, moral e estética, científica, filosófica, etc.), e a atitude radical de Consiglieri Pedroso, que, como vimos, chegara a excluir do campo da ciência a problemática dos grandes homens — posição que seria adoptada por vários republicanos federalistas e radicais —, a reflexão histórica de Manuel Ferreira, ao subalternizar o valor dos feitos de armas e das virtudes guerreiras (neste ponto em sintonia com Teófilo), remetendo-os para tempos históricos mais recuados, ganha coerência no quadro de um ideal ecuménico de concórdia e progresso da humanidade, muito ao gosto do ideal humanitarista inerente ao republicanismo. Por último, uma breve referência às implicações históricas da problemática em causa, no que concerne à teoria das nações e, em especial, à explicação da nacionalidade portuguesa. Para Teófilo, uma nação é essencialmente a consequência de diversos factores — território, raça, tradição, ideal colectivo, aos quais, diga-se de passagem, foi atribuindo um significado e influência diversos, ao longo da sua obra —, com especial destaque

⁵⁴ Manuel Ferreira, «O ensino da História», 20.

para os elementos naturais e desvalorizando a vontade dos dirigentes políticos. Como é sabido, o seu determinismo étnico foi criticado, entre outros, por Oliveira Martins, que, em alternativa, desenvolve a ideia das «nacionalidades de consciência» e valoriza o factor da vontade política dos homens no processo da independência e ao longo do percurso histórico de Portugal. A questão daria origem a uma extensa e ainda mal conhecida polémica, em aberto durante largos anos, com múltiplos intervenientes (Antero de Quental, Júlio de Vilhena, Correia Barata, Adolfo Coelho, etc.) e dois momentos altos — a propósito da publicação da *Teoria da História da Literatura Portuguesa*, de Teófilo (1872), e da *História de Portugal*, de Oliveira Martins (1879). Importa tão-só chamar a atenção para dois aspectos que lhe são inerentes. Em primeiro lugar, a consonância entre as teorias explicativas da nação de Teófilo Braga e Oliveira Martins, com as respectivas noções de grandes homens. Embora admita uma pluralidade de factores constitutivos da nacionalidade, o autor d'*As modernas ideias na literatura portuguesa* considera uma nação como uma realidade orgânica cuja coesão decorre sobretudo do sentimento nacional. A acção individual só é pertinente e eficaz quando em sintonia com o sentimento e a mentalidade social. O meio social e a mentalidade colectiva é que determinam a orientação dos espíritos numa determinada direcção. Neste contexto se insere, como vimos, uma teoria laica dos grandes homens, que, na esteira de Comte e Spencer⁵⁵, acentua a religação ao todo que é a humanidade, substituindo o ritualismo católico por práticas simbólicas em que, todavia, o sagrado se insinua de diversas formas (comemorações de efemérides, cortejos cívicos, romagens, etc.). O indivíduo é essencialmente um produto do condicionalismo social. E se é certo que reage sobre a sociedade, em caso algum pode alterar o curso da inelutável evolução histórica.

Sem podermos aqui aprofundar a complexa teoria de Oliveira Martins sobre esta matéria, refira-se apenas que a ideia de nação consciência ou nação moral — por oposição à de nação natural, de fundamento étnico ou geográfico —, que propõe em diversos passos da sua obra⁵⁶, abre, em certa medida, a possibilidade de uma intervenção individual mais acentuada, mas também sempre indissociável da totalidade social ou de um princípio que remete para a unidade e se dilui num mistério universal (Inconsciente, Vontade, destino ou outro).

Em segundo lugar, a coerência entre tais propostas e os projectos políticos concorrentes e antagónicos de Teófilo Braga e de Oliveira Martins. O primeiro empenhado, sobretudo até ao início dos anos 90, na estratégia doutrinária de persuasão da opinião pública, no quadro legal do regime monárquico-constitucional. O autor do *Portugal Contemporâneo*, desfeita a ilusão federalista da juventude, apostando na reforma do sistema, sem pôr em causa a forma política do regime, e acentuando a necessidade de por meio de uma acção sustentada a partir do topo mobilizar as vontades, energias e recursos económicos nacionais. Sem que, todavia,

⁵⁵ Veja-se Amadeu Carvalho Homem, *A ideia republicana...* 145-148.

parte da sua obra historiográfica, pelo menos até 1881, pudesse, de um modo inequívoco, alicerçar esse objectivo e concorrer para fundar, em termos de opinião pública, as condições de viabilidade de tal projecto reformador.

No século passado, concomitantemente com a instauração do sistema liberal, a história tornara-se um instrumento privilegiado de formação cívica, integração e homogeneização cultural, essencialmente por via da imprensa e da escola. Pouco antes da instauração da República, de que viria a ser o primeiro presidente de governo, Teófilo Braga, com especiais responsabilidades neste domínio, chegará a afirmar que a história nacional era a única matéria por meio da qual o povo português poderia ser doutrinado com eficácia⁵⁷.

A memória histórica erigia-se em esteio da unidade nacional, correspondente às estruturas que o estado liberal intentava construir, apesar das assimetrias de desenvolvimento e dos atavismos estruturais prevaletentes, característicos das sociedades de Antigo Regime. Nestas condições, o tema do grande homem como síntese polarizadora desse todo que é a comunidade nacional, objecto (e sujeito) simbólico de identificação colectiva, ocupa um lugar central não apenas na revisão do passado a que procedeu a historiografia liberal, mas igualmente nas projecções políticas sobre o presente e o futuro da nação. Múltiplas problemáticas lhe estão associadas, quer no campo historiográfico (em termos teóricos e em termos de interpretação concreta), nomeadamente a da fundamentação da independência do estado português e da sua permanência histórica, quer no campo directamente político, por exemplo a das vias diversas de transformação da sociedade portuguesa e a função dos dirigentes políticos. No que se refere a este último ponto, para as diversas correntes republicanas — moderados, adeptos de uma estratégia doutrinária de propaganda no quadro da legalidade, ou radicais, sobretudo a partir de 1890, defensores da via revolucionária violenta —, tornava-se essencial justificar o objectivo político de substituir o regime da Monarquia Constitucional invocando a necessidade da evolução social. Mas enquanto alguns republicanos positivistas, caso de Teófilo Braga ou Teixeira Bastos, subscrevem, em aspectos essenciais, a teoria dos grandes homens que está implícita na obra de Comte — o grande homem como síntese e intérprete privilegiado da evolução histórica —, outros, caso de Consiglieri Pedroso, Jacinto Nunes ou Crispiniano da Fonseca⁵⁸, em nome de um determinismo social extremo, do carácter inexorável daquela evolução, rejeitam liminarmente a sua função decisiva como precursores das transformações por que passa a Humanidade.

⁵⁶ Cf. por exemplo, J. P. de Oliveira Martins, *Os Lusíadas. Ensaio sobre Camões e a sua obra em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da renascença*, Porto, Imprensa Portuguesa Ed., 1872, 171-173 e 207.

⁵⁷ Teófilo Braga, «Plano para a História de Portugal», *Trabalhos da Academia das Ciências de Portugal*, 1ª série, t. 1, Lisboa, s.d. (1908?), 267.

⁵⁸ Jacinto Nunes, «O anarquismo», *A Pátria*, 16-VI-1890, p. 1; Crispiniano da Fonseca, «A falta de dirigentes», *Idem*, 16-III-1890, p. 1.

Inerente a qualquer destas posições encontrava-se a distanciação crítica em relação ao tradicional paradigma do herói guerreiro, à ideia do estadista iluminado, providencial salvador da nação, e ainda, claro está, às figuras portadoras dos valores habitualmente atribuídos aos santos da Igreja católica. A uma certa desvalorização destes modelos ideais e, como é óbvio, das teorias providencialistas ou voluntaristas que os sustentavam corresponde a passagem para primeiro plano da grande individualidade das letras e das ciências, do filósofo, em suma do benfeitor da Humanidade, cuja intervenção deve harmonizar-se com o sentido teleológico que se imprime à evolução social. No âmbito de um nacionalismo ecuménico e da afirmação de um critério laico e meritocrático que tem em vista, como pano de fundo, as ideias de liberdade, igualdade, progresso social e científico, os republicanos de formação positivista eram igualmente os herdeiros de um certo humanitarismo romântico. Mas inerente ao ideal do laicismo e ao projecto de homogeneização cultural que se lhe associa — por meio da escola, da imprensa, da conferência pública, do comício, do levantamento de estátuas, da panteonização dos restos mortais de figuras gradas do passado nacional, de comemorações de efemérides de grandes homens ou de factos decisivos do passado histórico nacional —, não deixava de se insinuar, de algum modo, a religação unanimista a uma totalidade socialmente construída — a nação. O que nos conduziria, se fosse caso disso, à problemática hoje tão actual da permanência e desenvolvimento, sob formas diversas, do religioso nas sociedades modernas.